

**Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO NBA 06896/2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO/MG - PE Nº 40/2023**

1 mensagem

**TRANSPORTE - SEGEST** <segest.transporte@trt3.jus.br>  
Para: Secao de Licitacoes e Contratacoes Diretas <licitacao@trt3.jus.br>

4 de dezembro de 2023 às 16:48

----- Forwarded message -----

De: **TRANSPORTE - SEGEST** <segest.transporte@trt3.jus.br>

Date: seg., 4 de dez. de 2023 16:32

Subject: Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO NBA 06896/2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO/MG - PE Nº 40/2023

To: &lt;licitacao@trt3.jus.br&gt;

----- Forwarded message -----

De: **TRANSPORTE - SEGEST** <segest.transporte@trt3.jus.br>

Date: sex., 1 de dez. de 2023 13:10

Subject: Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO NBA 06896/2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO/MG - PE Nº 40/2023

To: TRANSPORTE - SEGEST &lt;segest.transporte@trt3.jus.br&gt;, SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS E TERCEIRIZADOS - SEGEST &lt;segest@trt3.jus.br&gt;

Aline, segue!  
Francisco

----- Forwarded message -----

De: **TRANSPORTE - SEGEST** <segest.transporte@trt3.jus.br>

Date: qui., 30 de nov. de 2023 às 16:11

Subject: Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO NBA 06896/2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO/MG - PE Nº 40/2023

To: SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS E TERCEIRIZADOS - SEGEST &lt;segest@trt3.jus.br&gt;

Solange, boa tarde!

Seguem as respostas prévias ao pedido de esclarecimento apresentado pela empresa NISSAN:

b) O esclarecimento se para o emplacamento dos veículos deverá ser considerada ou não a isenção do IPVA;

**Sim, deverá ser considerada a isenção de IPVA, tendo em vista que a frota do Tribunal é isenta deste imposto.**

c) O esclarecimento se será aceito automóvel de combustível a gasolina;

**Conforme preceitua o art. 1º da Lei 9.660/1998, a que se refere o subitem 3.1 do Termo de Referência, abaixo transcrito:****Art. 1º Qualquer aquisição ou substituição de veículos leves para compor a frota oficial, ou locação de veículos de propriedade de terceiros para uso oficial somente poderá ser realizada por unidades movidas a combustíveis renováveis.****Por esse motivo, consta da descrição do item 1 - veículo sedan - que deverá ser o veículo bicombustível, ou seja, permitir o abastecimento com gasolina e/ou etanol.****Ademais, como parte do Plano de Gerenciamento de Gases do Efeito Estufa (ou Plano de Compensação de Carbono) implantado pelo Tribunal, por determinação do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, tem-se a meta de utilização de maior percentual de etanol nos abastecimentos realizados pela frota de veículos oficiais.**

d) O esclarecimento se veículos com transmissão automática do tipo XTRONIC CVT® serão aceitos;

**Exige-se na descrição do item 1 - veículo sedan, que o mesmo possua câmbio automático de, no mínimo, 06 (seis) marchas à frente e 02 (uma) a ré; Caso o veículo a ser ofertado pela Impugnante seja mais abrangente que o exigido nesta especificação, poderá o mesmo ser aceito.**

e) O esclarecimento

1) se os vidros elétricos de série atendem;

**Sim, atendem.**

2) se há exigência do acionamento elétricos pela chave e sendo solicitado informe

**Não há exigência.**

3) se será aceito veículos com acionamento remoto dos vidros, instalados em concessionária autorizada ou transformadora homologada da fabricante;

**Todos os itens devem ser de série.**

f) O esclarecimento desta r. Administração se a garantia ofertada pela Requerente de 03 (três) anos ou 100 mil km, juntamente com o serviço Nissan Way Assistance, disponibilizado

por um período de 02 (dois) anos atende as exigências desta administração;

**Consta no edital e anexos, para o veículo sedan, "garantia mínima de 36 meses". A "garantia mínima de 12 meses, sem limite de quilometragem" refere-se ao item 2, van executiva. Em ambos os casos, será mantida a exigência de garantia conforme constou no instrumento convocatório.**

g) O esclarecimento acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal;

**A aquisição será custeada com recursos próprios do Tribunal, consignados no orçamento do TRT da 3ª Região para o exercício de 2023.**

h) A alteração da exigência da "fabricação nacional", passando a constar em edital como exigência mínima: veículo de fabricação nacional, nacionalizado e importado;

Não há no edital a obrigatoriedade de que os veículos a serem ofertados sejam exclusivamente de fabricação nacional. Ademais, a aceitação de veículos fabricados nos países do MERCOSUL visa, exatamente, ampliar a competitividade do certame. Há, no país, montadoras em número suficiente e aptas a fornecer veículos de forma competitiva, a exemplo da última aquisição realizada por este Tribunal, quando foram fornecidos veículos sedan médio, da marca Toyota/Corolla. Cite-se ainda, como exemplo, outros modelos de veículos ofertados no mercado, da mesma categoria, como é o caso Chevrolet/Cruze e do Kia/Cerato.

i) A alteração da exigência do edital para que passe a constar como requisito mínimo: tanque de combustível a partir de 47 litros;  
A exigência de tanque com capacidade mínima de 50 litros de combustível visa favorecer a autonomia do veículo, por vezes usado para viagens de longa distância para o interior do Estado de Minas Gerais ou, mesmo, para outros Estados da Federação.

j) A inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da Lei Federal no 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilômetro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

A exigência de veículos zero quilômetro, somada à exigência de garantia para os três modelos de veículos a que se referem os itens 1, 2 e 3, dispensa a necessidade de inclusão no edital da referência à Lei 6.729/79, restando claro que os veículos serão fornecidos pelas montadoras ou concessionárias por elas credenciadas.

Francisco

----- Forwarded message -----

De: **TRANSPORTE - SEGEST** <[segest.transporte@trt3.jus.br](mailto:segest.transporte@trt3.jus.br)>

Date: qui., 30 de nov. de 2023 às 13:35

Subject: Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO NBA 06896/2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO/MG - PE Nº 40/2023

To: SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS E TERCEIRIZADOS - SEGEST <[segest@trt3.jus.br](mailto:segest@trt3.jus.br)>

----- Forwarded message -----

De: **TRANSPORTE - SEGEST** <[segest.transporte@trt3.jus.br](mailto:segest.transporte@trt3.jus.br)>

Date: qua., 29 de nov. de 2023 às 18:53

Subject: Fwd: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO NBA 06896/2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO/MG - PE Nº 40/2023

To: Diretoria De Administracao <[dadm@trt3.jus.br](mailto:dadm@trt3.jus.br)>, ANTONIO COSTA DA SILVA <[antonisj@trt3.jus.br](mailto:antonisj@trt3.jus.br)>

Prezado Antônio.

Segue, conforme orientação da Solange, pedido de esclarecimento da Nissan para sua apreciação.

Atenciosamente,

----- Forwarded message -----

De: <[analise3.gvp@conselvan.com](mailto:analise3.gvp@conselvan.com)>

Date: qua., 29 de nov. de 2023 às 11:55

Subject: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO NBA 06896/2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO/MG - PE Nº 40/2023

To: <[SEGEST.TRANSPORTE@trt3.jus.br](mailto:SEGEST.TRANSPORTE@trt3.jus.br)>

Cc: Thaise - Conselvan <[thaise@conselvan.com](mailto:thaise@conselvan.com)>, <[analise1.gvp@conselvan.com](mailto:analise1.gvp@conselvan.com)>

Prezados, boa tarde!

Segue em anexo Pedido de Esclarecimento e Impugnação referente ao Pregão Eletrônico nº 40/2023.

Pedimos por gentileza que acusem o recebimento.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

**Kelly Kirsch de Almeida**

Análise - Núcleo Nissan

Gestão de Vendas Públicas – GVP

[analise3.gvp@conselvan.com](mailto:analise3.gvp@conselvan.com)

--

SEÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DA FROTA OFICIAL

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados – SEGEST

Av. do Contorno, 4631, 7º andar. Funcionários.

CEP: 30.110-027 – Belo Horizonte/MG

**(31) 3228-7107/ 3228-7108**

--

**SEÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DA FROTA OFICIAL**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados – SEGEST

Av. do Contorno, 4631, 7º andar. Funcionários.

CEP: 30.110-027 – Belo Horizonte/MG

**(31) 3228-7107/ 3228-7108**

--

**SEÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DA FROTA OFICIAL**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados – SEGEST

Av. do Contorno, 4631, 7º andar. Funcionários.

CEP: 30.110-027 – Belo Horizonte/MG

**(31) 3228-7107/ 3228-7108**

--

**SEÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DA FROTA OFICIAL**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados – SEGEST

Av. do Contorno, 4631, 7º andar. Funcionários.

CEP: 30.110-027 – Belo Horizonte/MG

**(31) 3228-7107/ 3228-7108**

---

**6 anexos**



**IMPUGNAÇÃO - VPB - NBA - 06896 - 2023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIÃO - MG.pdf**

478K



**contrato social - alteração 124ª - nba - matriz - emissão 26-06-2023.pdf**

1428K



**documento - dale albert kimball jr.pdf**

766K



**documento cpf e passaporte - miguel alejandro - emissão 21-10-2022 - vcto 21-10-2028.pdf**

188K



**documento oab rg cpf - alexey - emissão 26-11-2010.pdf**

297K



**procuração pública - gvp - nba - matriz e filiais - emissão 17-01-2023 - vcto 31-01-2024.pdf**

4413K



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3  
REGIÃO/MG**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 40/2023**

**ABERTURA: 05/12/2023 13:30**

**OBJETO:** *“1.1. Aquisição de veículos novos, zero quilômetro, nos termos da tabela abaixo, nos termos deste Edital e seus anexos”.*

Sr. (a). Pregoeiro (a),

A **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.104.117/0007-61, com endereço na Rodovia Nissan, nº 1.500, Polo Industrial, na Cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada **NISSAN**, por seu procurador infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar seu **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em referência, nos seguintes termos:

## **I. INTRODUÇÃO**

A **NISSAN** teve acesso ao Edital e constatou que, tal como formulada a licitação, **haverá enorme restrição do universo de ofertantes**, por desatendimento a diversos dispositivos das Leis nºs 10.520/02, 8.666/93, 14.133/21, as quais tem aplicação subsidiária à modalidade de Pregão.

Tal vício do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a higidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A **NISSAN** pede vênica para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

## **II. TEMPESTIVIDADE**

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 05 de dezembro de 2023, às 13h30 min., sendo o prazo e as normas para esclarecimento e impugnação regulamentados pelo artigo 164 da Nova Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos seguintes termos:

*“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.”*



Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a data fixada para abertura das propostas, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

### III. DOS ESCLARECIMENTOS

#### DO IPVA – ITEM 01

É o texto do edital: “*Veículo novo (zero km), primeiro emplacamento, conforme deliberação nº 64/2008 CONTRAN*”.

Ocorre que, não restou claro se o emplacamento exigido em edital será realizado considerando a Isenção de IPVA.

Dessa forma, solicita-se o esclarecimento se para o emplacamento dos veículos deverá ser considerada ou não a isenção do IPVA.

#### DO COMBUSTIVEL – ITEM 01

É texto do edital: “*Motor bicom bustível, em consonância com o art. 1º da lei 9.660/1998*)”.

Ocorre que o veículo apresentado pela Requerente possui em suas configurações combustível à gasolina, não sendo possível o abastecimento de etanol. Sua maior vantagem do abastecimento somente com gasolina é o rendimento com maior potência do motor, conforto na direção, duração de combustão com durabilidade, gerando economicidade de custo-benefício em ambientes urbanos.

Assim, entende-se que a diferença apresentada não pode restringir a participação de um licitante, em se tratando de bens tão comuns. Visto que o veículo da Requerente possui essa diferença na capacidade do combustível, havendo, ainda, a vantagem de possuir a direção elétrica, que gera uma economia de combustível ainda maior.

Deste modo, solicita-se o esclarecimento se será aceito automóvel de combustível a gasolina.

#### DO CÂMBIO – ITEM 01



É texto do edital: “*Câmbio automático de, no mínimo, 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré*”.

Ocorre que, o veículo a ser apresentado pela Requerente, possui transmissão automática do tipo *XTRONIC CVT®*.

A transmissão do tipo CVT (transmissão continuamente variável) caracteriza-se por ter relações de marcha infinitas de acordo com a rotação do motor, sendo diferente dos demais tipos de câmbios automáticos. Tal sistema tem como principal vantagem o conforto na dirigibilidade do veículo e o consumo. Ele consome menos combustível que os veículos com câmbios automáticos convencionais, pois através de um sistema de polias de diâmetro variáveis, o câmbio CVT permite que o motor trabalhe sempre em um ponto de funcionamento ideal, reduzindo o consumo de combustível, e melhorando o conforto, pois o condutor não sente as trocas de marchas.

Deste modo, visando à ampla competitividade no certame, solicita-se esclarecimento se veículos com transmissão automática do tipo *XTRONIC CVT®* serão aceitos.

#### DO ACIONAMENTO DOS VIDROS – ITEM 01

O edital exige: “*Vidros com acionamento elétrico e travas elétricas nas 04 (quatro) portas originais de fábrica*”.

Ocorre que, não restou claro se o acionamento elétrico dos vidros se refere aos vidros elétricos, item este original de série em todos os veículos, ou se há exigência do módulo de levantamento dos vidros através da chave do veículo.

Em caso de tratar-se de acionamento remoto dos vidros, cumpre informar que o veículo a ser apresentado não possui de série tal item, porém tratando-se de um simples acessório, não há razão para troca de versão, gerando custo desnecessário ao órgão, visto que, o mesmo poderá ser instalado em concessionária autorizada ou transformadora homologada da fabricante.

Sendo assim, solicita-se esclarecimento 1) se os vidros elétricos de série atendem; 2) se há exigência do acionamento elétricos pela chave e sendo solicitado informe 3) se será aceito veículos com acionamento remoto dos vidros, instalados em concessionaria autorizada ou transformadora homologada da fabricante.

#### DA GARANTIA – ITEM 01



É texto do edital: *“Para os veículos sedans: 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo, sem limite de quilometragem”.*

Ocorre que, a empresa requerente possui garantia para seus veículos de 03 (três) anos ou 100 mil km, e também oferece a chamada “Nissan Way Assistance” a qual disponibiliza 02 (dois) anos de assistência técnica, contando com um serviço 24 horas de assistência em caso de pane, colisão, furto ou pneu furado, oferecendo socorro mecânico ou reboque além de inúmeras vantagens, conforme informado no site (<https://www.nissan.com.br/servicos/way-assistance.html>) o qual possui todas as informações necessárias.

Sendo assim, a empresa Requerente apresenta uma garantia maior do que a exigida em edital, atendendo plenamente a r.Administração.

Deste modo, solicita-se esclarecimento desta r. Administração se a garantia ofertada pela Requerente de 03 (três) anos ou 100 mil km, juntamente com o serviço Nissan Way Assistance, disponibilizado por um período de 02 (dois) anos atende as exigências desta administração.

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ITEM 01

O edital não menciona em nenhum de seus Anexos sobre a dotação orçamentária para a aquisição dos veículos.

Diante disso, solicita-se esclarecimento acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal.

#### **IV. DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS**

##### DA FABRICAÇÃO – ITEM 01

É texto do edital: *“Fabricação nacional ou nos países que compõem o Mercosul (serão aceitos veículos fabricados nos países do Mercosul, desde que haja acordo bilateral para o comércio de veículos, em vigor no Brasil)”.*

A NISSAN tem interesse em participar do certame oferecendo um de seus veículos mundialmente reconhecidos pela excelente qualidade, resistência, potência e robustez, o qual está presente no mercado brasileiro a muito tempo.

Por questões de remanejamento global de produção, após ter inaugurado uma grande planta industrial em Resende, no Estado do Rio de Janeiro para a produção de diversos modelos, mas



alguns de seus modelos tiveram suas produções deslocadas atualmente para o México. Ressaltando que sua ampla rede de Concessionárias está plenamente apta a dar total assistência técnica e garantia à todos os veículos da marca, independentemente do local de produção. Aliás, esta é uma característica das grandes montadoras de automóveis que, por se posicionarem globalmente, distribuem a produção de cada modelo/versão para suas diversas plantas alocadas em países diversos.

Assim, para que a Requerente, além de outras fabricantes com plantas industriais no País que produzem alguns de seus veículos em outros países, possam participar do certame, necessária é a alteração da exigência de fabricação nacional ou nacionalizada, para fabricação importada.

Desta forma, ampliará a competitividade do certame, verificando ainda que há entendimentos que os produtos importados podem ser aceitos, desde que seja assegurada sempre a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a devida assistência técnica, bem como a garantia.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União entende que:

“(...) para ampliar a competição na licitação comum, diante da escassez de produto nacional, a administração poderá aceitar o produto estrangeiro, desde que esse atenda ao interesse público em conformidade com o similar nacional em todos os aspectos, inclusive no tocante às condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas”.

Desta forma, tal exigência impede a ampla competitividade deste certame, tendo em vista que a empresa, mesmo possuindo a fabricação deste modelo no México, possui parque industrial no Brasil, além de ampla assistência técnica, não prejudicando de forma alguma esta r. Administração.

Por fim, mas não menos importante, sendo o México, um país observador do Mercosul, os produtos comercializados são considerados e possuem o mesmo tratamento dos veículos nacionais.

Sendo assim, requer-se, a alteração da exigência da “fabricação nacional”, passando a constar em edital como exigência mínima: veículo de fabricação nacional, nacionalizado e importado.

#### DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL – ITEM 01

É texto do edital: *“Tanque de combustível com capacidade igual ou superior a 50 litros”.*



Ocorre que o veículo apresentado pela Requerente possui em suas configurações tanque de combustível com a capacidade de 47 (quarenta e sete) litros, especificação esta que apresenta uma maior vantagem, pois o veículo possui uma autonomia/consumo menor do que os demais veículos disponíveis no mercado, trazendo um melhor rendimento, maior economicidade e melhor custo benefício em ambientes urbanos.

Assim, entende-se que a diferença apresentada não pode restringir a participação de um licitante, em se tratando de bens tão comuns. Visto que o veículo da Requerente possui essa diferença na capacidade do tanque de combustível, havendo, ainda, a vantagem de possuir a direção elétrica, que gera uma economia de combustível de até 5%, por não consumir potência direta do motor ao não estar ligada diretamente a ele por correia.

Deste modo, requer-se, a alteração da exigência do edital para que passe a constar como requisito mínimo: tanque de combustível a partir de 47 litros.

#### DA PARTICIPAÇÃO DE QUALQUER EMPRESA – LEI FERRARI CTB/CONTRAN.

A Lei 8.666/93 em seu artigo 30, IV, deixa claro que em determinadas áreas e seguimentos, deverão ser observadas as exigências contidas em leis especiais, específicas. No tocante ao mercado automobilístico brasileiro temos a Lei 6.729/79, conhecida como Lei Ferrari.

O instrumento convocatório requer um veículo zero quilometro. Para que isso possa de fato ocorrer dentro da legalidade, seria necessário que o edital trouxesse em suas cláusulas, a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei nº 6.729/79, conhecida como a Lei Ferrari.

Essa lei disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores. Tem caráter de lei especial, não cabendo, portanto, a aplicação de normas subsidiárias de Direito Comum, com informações específicas sobre as formalidades e obrigações legais para uma relação válida de concessão comercial entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores. Em seus artigos 1º e 2º, verifica-se que veículos “zero quilometro” só podem ser comercializados por concessionário:

*“Lei Nº 6.729, de 28 de novembro de 1979.*

*Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.*

*Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e*



*disposições contratuais. (n.g)*

*Art. 2º Consideram-se:*

*II - distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)”*

A mesma lei, em seu artigo 12, veda a venda de veículos novos para revendas, sendo seu público-alvo apenas ao consumidor final. Desta forma ao permitir a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não será caracterizada como consumidora final, o que juridicamente coloca o objeto da licitação distante da definição de veículo novo:

*“Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.”*

Para melhor esclarecer, destaca-se a definição de veículo novo constante do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) e também pelo CONTRAN:

*“LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.*

*Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.”*

*“DELIBERAÇÃO 64/2008 DO CONTRAN.*

*2.12 – VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e seimirreboque, antes do seu registro e licenciamento.”*

*“LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997*

*Art. 122. Para a expedição do Certificado de Registro de Veículo o órgão executivo de trânsito consultará o cadastro do RENAVAM e exigirá do proprietário os seguintes documentos:*

*I - nota fiscal fornecida pelo fabricante ou revendedor, ou documento equivalente expedido por autoridade competente;*

*II - documento fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores, quando se tratar de veículo importado por membro de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira, de representações de organismos internacionais e de seus integrantes.”*

Sendo assim, é explícito que a venda de veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fabricante ao consumidor final. Não sendo realizado nessas condições, o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo.

Nesse mesmo sentido, a Controladoria Geral da União (CGU) em resposta a pedido de esclarecimento feito ao Pregão 01/2014, deixou claro que “veículo novo (zero quilometro) é aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo código de trânsito Brasileiro – CTB”.

Logo, o primeiro emplacamento deverá ocorrer apenas em duas situações específicas, pela aquisição do veículo junto ao fabricante ou pela aquisição junto ao concessionário. Em qualquer outra situação o emplacamento será caracterizado como de um veículo seminovo. Somente o fabricante e as concessionárias podem comercializar veículos novos, já que somente esses emitem Nota fiscal diretamente para a Administração.

Desta forma solicita-se a inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da Lei Federal nº 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilometro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

## **V. DOS REQUERIMENTOS**

Por todo o exposto, **requer-se:**

- a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
- b) O esclarecimento se para o emplacamento dos veículos deverá ser considerada ou não a isenção do IPVA;
- c) O esclarecimento se será aceito automóvel de combustível a gasolina;
- d) O esclarecimento se veículos com transmissão automática do tipo XTRONIC CVT® serão aceitos;
- e) O esclarecimento 1) se os vidros elétricos de série atendem; 2) se há exigência do acionamento elétricos pela chave e sendo solicitado informe 3) se será aceito veículos com acionamento remoto dos vidros, instalados em concessionaria autorizada ou transformadora homologada da fabricante;
- f) O esclarecimento desta r. Administração se a garantia ofertada pela Requerente de 03 (três) anos ou 100 mil km, juntamente com o serviço Nissan Way Assistance, disponibilizado por um período de 02 (dois) anos atende as exigências desta administração;
- g) O esclarecimento acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal;



h) A alteração da exigência da “fabricação nacional”, passando a constar em edital como exigência mínima: veículo de fabricação nacional, nacionalizado e importado;

i) A alteração da exigência do edital para que passe a constar como requisito mínimo: tanque de combustível a partir de 47 litros;

j) A inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da Lei Federal nº 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilometro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

Por fim, aguardando pelas providências cabíveis, bem como pela republicação do Edital para a nova data, incluindo-se as alterações solicitadas (artigo 55, § 1º da Lei nº 14.133/21), coloca-se à disposição para esclarecimentos complementares que eventualmente entenderem necessários, por meio do endereço eletrônico [nissan.licitacoes@conselvan.com](mailto:nissan.licitacoes@conselvan.com) ou telefone (41) 3075-4491.

Termos em que,

Espera deferimento.

Curitiba/PR, 29 de novembro de 2023.

  
**NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**  
ALEXEY GASTÃO CONSELVAN – PROCURADOR  
CPF/MF nº 623.410.499-15 – OAB/PR nº 22.350  
Fone: (41)3075-4491 – [nissan.licitacoes@conselvan.com](mailto:nissan.licitacoes@conselvan.com)